



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE CONTRATAÇÃO

DO(A): Departamento de Assuntos Jurídicos  
Para Setor de Licitações.

### INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, elaborado com base no artigo 6º, inciso XX, combinado com o §1º e 2º da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.055 de 28 de março de 2023, art. 15.

### 1 - DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

Objetiva-se a Contratação de serviços técnicos profissionais para a elaboração de cálculos. A solução a ser contratada é necessária para atender as demandas do Departamento de Assuntos Jurídicos que, por vezes, exigem a elaboração cálculos judiciais, extrajudiciais e outros, que guardam relação com as atribuições da Procuradoria Municipal, caracterizando serviço técnico especializado, nos termos do artigo 6º, XVIII, da Lei 14133/2021.

Com vistas ao atendimento desta necessidade, os prestadores de serviços deverão contar com registro profissional no Conselho Regional de Administração – CRA ou Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, tendo em vista se tratar de





prestação de serviço de natureza proeminentemente intelectual, com alta peculiaridade técnica.

## **2 – ESTIMATIVA DA DEMANDA**

A estimativa será feita com base nas demandas judiciais do ano de 2023, que foi atípico, pois houve o cumprimento de sentença relativo à ação coletiva (autos nº xxxxx) proposta pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, tendo sido realizados mais de 500 (quinhentos) cálculos judiciais.

Em 2024 há, novamente, perspectiva de alta demanda de elaboração de cálculos judiciais, posto que houve ajuizamento de um grande volume de ações por parte dos servidores públicos municipais, referentes à base de cálculo de vencimentos.

Assim, estima-se que deverão ser realizados uma média de 400 (quatrocentos) cálculos judiciais, envolvendo essas e outras demandas.

## **3 – ANÁLISE DE SOLUÇÕES OU CENÁRIOS**

Não há, no âmbito da administração municipal, parâmetro para comparação de soluções alternativas, tendo em vista que a prestação de serviços de cálculos judiciais é extremamente técnica e restrita às demandas judiciais, que estão concentradas no departamento de assuntos jurídicos, cujas atribuições envolvem o assessoramento e representação judicial da Administração Direta em juízo.

## **4 – REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS**

Cogitou-se a elaboração de lei para criação do cargo de perito contador judicial, com a consequente realização de concurso público, todavia, considerando o





**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

caráter eventual e não homogêneo da prestação do serviço, mostrou-se inviável do ponto de vista econômico.

## **5- ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS**

Considerando a ausência de parâmetros, não há análise comparativa de custos.

## **6- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA**

Após a análise comparativa das soluções, a contratação de prestador de serviços para realização de cálculos judiciais mostrou-se a mais vantajosa para a Administração Municipal, nos termos do artigo 11, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Ademais, como se trata de serviço prestado de maneira eventual, quando, no curso da demanda judicial se mostrar necessário, a prestação do serviço será solicitada, ocorrendo o pagamento por serviço efetivamente realizado. Com isso, evitam-se despesas desnecessárias ao erário.

## **7 – ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado máximo da contratação é de R\$ 59.600,00 (cinquenta e nove mil e seiscentos reais) para o ano de 2024. Tal montante foi aferido com base no preço médio unitário do cálculo judicial multiplicado pela estimativa da necessidade (400).

Importa destacar que esses valores são referenciais, devendo a contratação, com base no princípio da impessoalidade e eficiência, e observando as diretrizes estabelecidas pelo artigo 11, da Lei 14133/2021, selecionar a proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao atendimento do interesse público.





## **8 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação de serviços técnicos de cálculos judiciais é imprescindível para o assessoramento do Departamento de Assuntos Jurídicos, considerando a vultuosa demanda judicial que envolve a municipalidade e importante ferramenta nas discussões dos valores de eventuais condenações.

Assim, o serviço técnico de cálculos judiciais tem o condão de aferir os valores devidos em demandas judiciais, preservando a saúde financeira do município, cujos impactos positivos, a longo prazo, serão consubstanciados na alocação de recursos para criação e aprimoramento de políticas públicas.

## **9 – PARECER CONCLUSIVO**

De todo o estudo realizado e considerando todas as possibilidades de caráter técnico e econômico, concluímos que a melhor solução é a contratação do serviço técnico de elaboração de cálculos judiciais, para assessoramento da Procuradoria Jurídica do Município.

Paraguaçu Paulista, 23 de fevereiro de 2024.

  
**Fernando Henrique Baptista**

**Diretor Interino do Departamento de Assuntos Jurídicos**  
**(Requisitante)**